

A INFORMALIDADE NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O CAMELÓDROMO DA RUA URUGUAIANA

Ana Clara Matos Carneiro Barbosa Pinto¹
Graduando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
E-mail: ac_mp@yahoo.com.br

Resumo

No presente artigo será trabalhado a legalização dos camelôs, especificamente os inseridos no Mercado Popular da Uruguaiana no centro da cidade do Rio de Janeiro, que é por sua essência uma atividade informal que foi regulamentada pelo governo municipal no início dos anos 1990. O Mercado Popular da Uruguaiana, popularmente conhecido como Camelódromo, é caracterizado como reflexo local de opções feitas nos níveis político e econômico, em diversas escalas de poder (entre o local e o global), e das transformações tecnológicas e do trabalho. Para isso, observamos as décadas de 1970, 1980 e 1990 nas características políticas, econômicas e da atividade trabalho, ajudando a construir novas formas de trabalho. O Mercado Popular da Uruguaiana está inserido no contexto de políticas públicas para atender grande parte da população desempregada, mas que permanecia ativa no mercado informal (e muitas vezes ilegal), onde o objetivo mais claro, mas não único, era o de desafogar as calçadas dos camelôs desordenados transferindo-os para três galpões construídos especificamente para esta atividade de comércio e também de prestação de serviços.

Palavras-chave: informalidade, camelódromo, precarização do trabalho, opções político-econômicas

THE INFORMALITY DOWNTOWN OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO: THE
"CAMELÓDROMO" OF URUGUAIANA STREET

Abstract

In the present article will be studied the legalization of the street traders, specially the ones in the "Mercado Popular da Uruguaiana", downtown of the city of Rio de Janeiro, which has as it's essence the informal activity that was regularized by the municipal government in the begging of the 1990's. The "Mercado Popular da Uruguaiana", popular known as "Camelódromo", characterized as the local reflex of options made in the political and economic levels, in different scales of power (between the local and the global), and of the work's and technology's transformations. For that, we observe the decades of the 1970's, the 1980's and the 1990's focusing on politic and economic characteristics and work activities; helping building new ways of work. The "Mercado

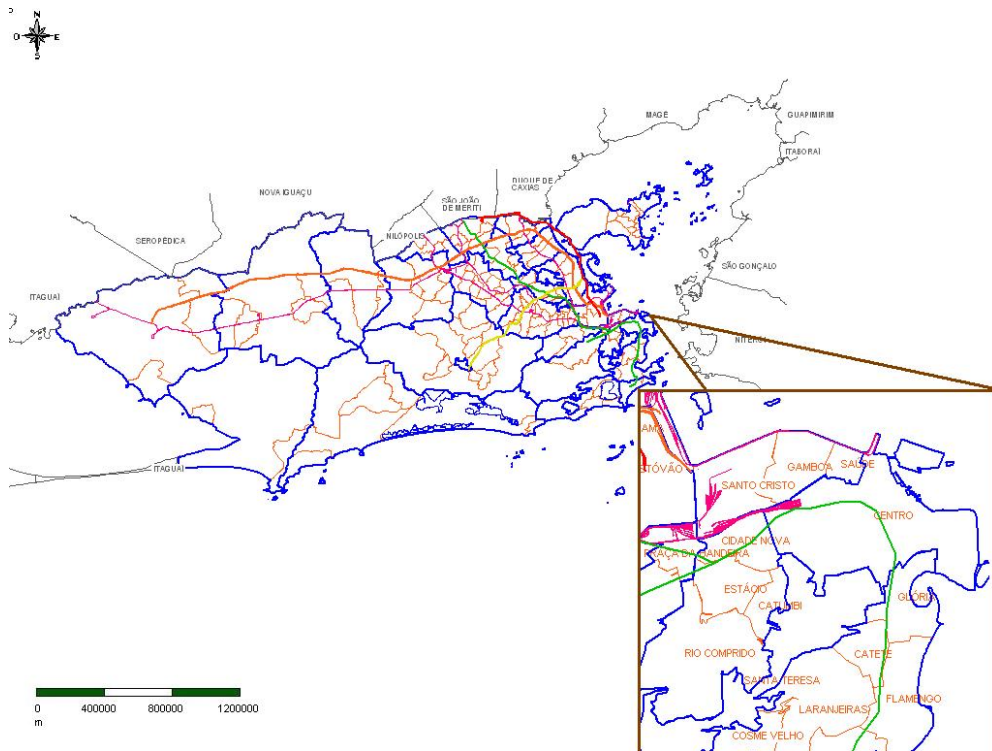
¹ Trabalho orientado pela Professora Dra. Regina Célia de Mattos, pertencente ao quadro docente do Departamento de Geografia da pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Popular da Uruguaiana” is inserted in the context of public politics to receive a huge part of the unemployed population, but it remained active in the informal market (and many times illegal) where the most clear goal, but not only, was to unflood the mess of sidewalks filled with the street traders transferring them to three storage sheds build specifically to this commercial activity.

Key words: informality, “Camelódromo”, street traders, politic-economic options

Introdução

O presente trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida dentro do grupo PET Geografia da PUC-Rio, que surgiu com a observação da paisagem do bairro do Centro, da cidade do Rio de Janeiro (mapa 01), que apresenta organizações espaciais do urbano com diferentes formas e feições, e cada uma reflete uma determinada época, que têm lógicas e objetivos específicos. Entre a grandiosidade das construções modernas e dos remanescentes históricos nesse bairro carioca, próximo ao centro de negócios da cidade e da área de comércio popular Saara, há o Mercado Popular da Uruguaiana; uma estrutura espacial que se coloca como um instrumento urbano singular criado num momento político, social e tecnológico específico que se destoa das diferentes estruturas espaciais da área. Assim criou-se um território específico resultado das características da sua implementação, estruturação e funcionamento, que não pode ser observado separadamente dos eventos relacionados à organização do trabalho, suas formas e as inovações tecnológicas a nível mundial.



Mapa 01

Mapa da cidade do Rio de Janeiro enfocando o centro da cidade e arredores

Fonte: RioAtlas2005, versão 1.05

O nosso objetivo geral é analisar a categoria trabalho informal, na perspectiva das diversas relações e formas que se apresenta em um território singular que é o Mercado Popular da Uruguaiana, vulgo Camelódromo, e como o Estado, agente preponderante para a configuração desse lugar, atua em suas relações no local e na reestruturação espacial resultante da vivência do território. Contudo, temos como foco analisar a dimensão da informalidade na estruturação e o funcionamento do camelódromo na Uruguaiana e, ao mesmo tempo, demonstrar a transescalaridade (SANTOS, 2006, P. 154) das ações, passando do nível global até o lugar, influenciando na estruturação de políticas públicas, na organização do trabalho e na estruturação espacial de novas formas urbanas, no nosso caso o camelódromo.

O setor informal tornou-se uma palavra comum por sua atividade, a informalidade, estando cada vez mais presente em nosso cotidiano. Desde os anos de 1970, a mudança do padrão de acumulação mundial orientada para a liberação econômica, e implementada por meio de programas de ajustamento estrutural, promovem fortes modificações no mercado de trabalho, ampliando o desemprego e favorecendo o crescimento de diferentes formas de organização da produção na América Latina (CACCIAMALI & BRAGA, 2002, p. 02). Assim, a informalidade é uma forma de atividade que tem sido, na maioria das vezes,

a única alternativa de trabalho para a grande parte da população do Brasil, já que as tendências para o mercado de trabalho são: o crescimento do setor terciário, a ampliação do trabalho autônomo, o aumento do trabalho das denominadas populações marginalizadas (como o emprego feminino), a queda do setor primário e a queda no número de assalariados (FALCÃO, 1997, p. 30). Uma das mais comuns formas de informalidade é a de vendedor ambulante, também conhecida como camelô², por ser normalmente um trabalho por conta própria e possibilitar algum ganho de dinheiro. Essa é uma alternativa à sociedade e ao sistema capitalista atual, que o inclui precariamente, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, seja pela baixa remuneração das atividades no mercado formal. Assim, este tipo de trabalho informal também permite que a lógica capitalista seja nivelada por baixo (com a manutenção de baixos salários), por permitir que a população menos favorecida de dinheiro consiga consumir, mesmo que seja produtos alternativos e de maneira precária.

O trabalho precarizado e a informalidade

Para diferenciar o termo economia formal da economia informal, utilizamos a definição de Bagnasco (1997, p.15):

O termo “economia formal” pode ser usado para definir os processos de produção e trocas de bens e ser viços regulados pelo mercado e tipicamente realizados por empresas comerciais orientadas pelo lucro, agindo em conformidade com as leis comerciais, fiscais e trabalhistas. “Economia informal” pode, assim, referir-se a todos aqueles processos de produção e troca que, de algum modo, deixam de se conformar com os aspectos distintivos descritos acima.”

Os autores Mello & Teles (2000, p. 6) nos colocam que dois mercados de trabalho surgiram e foram classificados na vida moderna a partir de dois conjuntos distintos de atividades: o setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos,

2. Para nós o camelô é a pessoa que vende seus produtos em um lugar fixo podendo variar durante o tempo, dependendo da hora e do dia da semana; já o ambulante oferta seus produtos andando nos logradouros públicos, estando sempre em movimento.

sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grandes produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão-de-obra; o setor informal definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos de trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados.

Para caracterizar o setor formal e o setor informal utilizaremos a definição de Cacciamali & Braga (2002, p. 5), em que:

o Primeiro Setor é representado pelo conjunto de firmas tipicamente capitalistas, estabelecidas juridicamente e caracterizadas por relações capital-trabalho bem definidas. O Segundo Setor é representado por um conjunto de unidades de produção. Eles possuem constituição incipiente em sua forma jurídica, na definição das relações capital-trabalho, na consolidação de seu capital ou de sua tecnologia, onde se ocupa a maior parte do excedente da força de trabalho urbana, com o objetivo de gerar seu emprego e renda.(Grifo nosso)

Os autores Cacciamali & Braga (2002, p. 2) nos revelam que o termo Setor Informal se originou e teve a sua difusão no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Mundial do Trabalho que teve início em 1969. O estudo sobre o Kenya, publicado em 1972, define o Setor Informal como o Conjunto de unidades de produção que possuem as seguintes características:

(a) propriedade familiar de pequenos negócios; (b) pequena escala de produção; (c) aporte próprio de recursos; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado³. O PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho), em meados dos anos 1970, acrescenta às características anteriores a particularidade de constituírem-se em atividades não-organizadas, judicialmente ou nas relações capital-emprego (TOKMAN & SOUZA, 1976; 1978). (CACCIAMALI & BRAGA 2002, p. 02)

3. OIT, 1972, apud Cacciamali, 1983 e 2000. Esses estudos apresentam uma análise sobre a evolução do conceito Setor Informal.

O IBGE, na definição do Setor informal da pesquisa Economia Informal Urbana (JORGE & CARIDE FILHO, 2003), deixa claro que a composição e a natureza desse setor variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. O ponto de partida para delimitar o setor informal é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida. Assim, fazem parte do setor informal as unidades econômicas não agrícolas, que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas na produção de bens e serviços para autoconsumo. Essas unidades caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. Todavia, podemos perceber que o nosso empírico, e diversas outras formas de informalidade, não estão inclusas no setor informal. Entretanto, a sua atividade é informal por não abarcar a legislação brasileira na sua estruturação e funcionamento (exemplo: não é cobrado imposto sobre o bem ou serviço prestado, a atividade não é autorizada, o trabalhador não é reconhecido como tal, entre outros), e assim não tem alguns direitos como o acesso a crédito e a serviços financeiros. Entretanto, se reconhece que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas pelo seu tamanho, mas, principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece; e é dentro dessa última característica que o Mercado Popular da Uruguaiana e seus trabalhadores podem ser considerados informais.

A partir desse nosso levantamento é possível perceber que mesmo com a ampla difusão e aceitação do conceito setor informal, na literatura socioeconômica, não há uma definição consensual sobre o significado desse conceito, sua natureza e composição. Contudo, podemos observar uma unidade na literatura que passou a relacioná-lo a uma propriedade de *buffer* da crise econômica, funcionando como um “colchão amortecedor” que absorve a mão-de-obra desempregada pela economia formal nas fases recessivas; e ao mesmo tempo é interessante ao setor capitalista por rebaixar o custo do

trabalho ao produzir a preços reduzidos alguns itens da cesta do trabalhador e por atender à demanda por bens e serviços em setores pouco atraentes, em termos de lucratividade para o capital (MELLO & TELES; 2000, p. 7).

Um outro ponto que a literatura socioeconômica concorda atualmente é o avanço das atividades ligadas à economia informal não se apresentar como um fenômeno transitório, nem essas desaparecerão espontaneamente em um futuro previsível na economia nacional e mundial. No interior dessa economia, o comércio é uma das principais atividades desenvolvidas pelos seus participantes. No caso brasileiro a estrutura do setor de serviços apresenta-se como extremamente relevante, respondendo em 1995, por cerca de 22,53% da ocupação do setor de serviços, e por 6,3% da geração do PIB (MELLO & TELES, 2000, p.10). Essa atividade também gerou cerca de 26% dos postos de trabalho na economia nacional, quando se compara 1985 a 1995. Ao avaliar a importância do comércio na oferta de postos de trabalho na economia, deve ser destacado o significado do comércio ambulante, que aumentou expressivamente seu peso no interior dessas atividades. É preciso esclarecer que 68% dos postos de trabalho são oriundos do comércio varejista e atacadista, mas 21% derivam-se do comércio ambulante (op cit, p. 10). Devemos observar que a teoria é diferente da realidade já que a teoria econômica diz que a exploração informal de uma atividade existiria enquanto esta atividade, produção e/ou comercialização não se tornasse lucrativa para o capital; mas na prática as mercadorias comercializadas pelos informais são exatamente as mesmas do setor formal, escasseando cada vez mais os camelôs que vendem produtos artesanais, personalizados, ou de fabricação própria (op cit, p. 11).

Todavia, é interessante destacarmos duas definições de informal que são importantes para o presente texto para entendermos o nosso empírico e as relações existentes nele (op cit; p. 07): (a) formas de produção: um dos principais autores desta definição é Souza (1980), que destacou a importância de se observar a forma de organização da produção para a classificação da informalidade, através da diferenciação das formas de produção entre

capitalistas e não-capitalistas⁴; (b) ilegalidade: uma das linhas de pensamento da teoria neoclássica explica a origem da mão-de-obra a partir da relação entre os preços de fatores de produção, onde a alocação indevida de fatores produtivos decorre de intervenções no mercado de trabalho – por parte do Estado ou da atuação dos sindicatos -, que geram distorções nos preços relativos, afetando o equilíbrio de pleno emprego, pois torna-se mais caro o fator trabalho em relação ao fator capital⁵.

Não podemos confundir trabalhador independente com trabalhador informal. O primeiro é identificado como sendo aquele que não executa uma atividade salarial. Esse tipo de trabalhador foi localizado e isolado no interior de um, e apenas um, processo de trabalho: no interior da “sua” produção (MALAGUTI, 2000, p. 140). O segundo tipo de trabalhador é caracterizado por atores que trabalham a margem do Estado, por não se enquadrarem nas normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (MELLO & TELES, 2000, p.08).

O setor informal foi visto como uma resposta imediata às distorções desenvolvidas pelo Estado e como um setor de microempresas configurando uma utilização dos recursos e com possibilidades claras de mobilizar a poupança interna, dentro de um contexto de crise financeira de política de

4. Mello & Teles (2000, p. 7) nos esclarecem que nas formas de produção capitalista, há uma clara separação entre propriedade do capital e do trabalho, a produção é basicamente voltada para o mercado e predominam as relações de assalariamento. Já nas formas de produção não-capitalistas não se distingue a propriedade do trabalho e do capital, e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho; e, ainda, por empresas não organizadas do ponto de vista jurídico e não cumprirem todos as obrigações legais referentes à legislação social, às leis do salário mínimo.⁵ Por um outro ângulo, o que ocorre é a maior utilização de tecnologias intensivas em capital – em consequência do próprio modelo de desenvolvimento escolhido - em detrimento das tecnologias intensivas em trabalho, reduz o nível de emprego. Como a legalização do empregado – que no Brasil se reflete no registro na carteira de trabalho – traz no bojo o pagamento de encargos sociais que elevam o custo do trabalho, aquela necessidade de redução dos custos toma a forma de emprego sem contrato legal de trabalho. Ou seja, essa preferência se expressaria pela inserção do ocupado no mercado de trabalho à margem da legislação, por opção (MELLO & TELES; 2000, p.08).

endividamento, de esfriamento dos aparelhos produtivos, e de rigidez das economias administrativas (HUGON, 1997, p. 35). Esse setor em foco é estruturado a partir da pequena produção comercial, que pode ser definida, conforme Hugon (1997, p. 41), como unidades em pequena escala onde o trabalho assalariado está ausente (ou limitado), onde o capital aplicado é pequeno, mas onde há, entretanto, circulação monetária e produção de bens e de serviços onerosos. As regras dominantes são não contratuais, mas habituais, hierárquicas, afetivas etc, levando às relações particulares que estabelecem certas atividades com as normas de comportamento dos atores, com as relações sociais institucionalizadas, com os modos de regulação do sistema e com as relações de apropriação.

Malaguti (2000, p. 99) nos atenta que o setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo. Podemos observar numerosos casos de informalidade nos setores chamados de formais, como um assalariado de uma multinacional que faz hora extra sem receber e um funcionário público que vende produtos para complementar a renda. Estas situações nos mostram que mesmo com carteira assinada alguns trabalhadores vivenciam situações de informalidade. Assim, a informalidade é constituída tanto pela empresa/instituição quanto pelo empregado/funcionário. Este fato também se apresenta reafirmando a dificuldade em caracterizar certos processos de trabalho através da dicotomia formal/informal.

Segundo o Sebrae, 70% dos empregos informais existentes estão nas pequenas e microempresas. Porém, as pequenas empresas são responsáveis por apenas 13% do emprego formal total⁶. Logo, as pequenas unidades produtivas são as principais responsáveis pelo emprego informal, sendo de grande responsabilidade das pequenas unidades produtivas a informalização geral da economia brasileira (MALAGUTI, 2000, p. 85). Este mesmo autor (op cit, p. 84) nos apresenta uma hipótese que merece ser colocada porque nos fala do papel do Estado na configuração da informalidade: “dada a importância da pequena empresa na legitimação ideológica e política das desigualdades sociais, acreditamos muito mais em uma fragilidade da fiscalização do Estado”.

6. IBGE, Censo Cadastro 1995. Complemento da PNAD-1996.

A legalização da informalidade é na realidade uma mera institucionalização de uma situação ilegal, embora a muito tempo consentida, que busca manter as condições e formas de trabalho, a baixa remuneração e a manutenção desse sistema que é viável ao sistema capitalista atual ao fragmentar e precarizar cada vez mais o trabalho e o trabalhador.

De acordo com Hugon (1997, p. 42), as lógicas sociais em ação no informal mostram as práticas do paternalismo, do clientelismo, da redistribuição, dos laços afetivos de proximidade, que não são redutíveis às coordenações mercantis e às racionalidades individuais. Os produtores, numa previsão otimista para a dinâmica seqüencial, contudo, elaboram previsões pessimistas para o futuro; com isso, oferecem garantias reduzidas em relação à manutenção dos capitais que os mantêm. Escolhem o curto prazo, o que gera a oportunidade de um maior número de futuras alternativas em relação ao não aprisionamento das decisões do investimento físico. A escassez de capital e a tecnologia obsoleta implicam em baixos níveis da produtividade e de remuneração. Os proprietários, muitas vezes, sub-remuneram suas rendas para fazer frente à competição movida pelas empresas do Setor Formal, que se encontram em patamar tecnológico ou de capital superior (CACCIAMALI & BRAGA, 2002, p. 5). Todavia, as regras são analisadas como contratos; as unidades de decisão, por exemplo, as empresas, podem ser definidas como organizações ou laços de contrato. Malaguti (2000, p. 86) observa também o desgaste anormal da força de trabalho utilizada, na qual sua jornada de trabalho, segundo André Urani (então Secretário Especial do Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro), apresenta cerca de dez horas e trinta minutos de trabalho, de seis a sete dias por semana. Esses números equivalem a uma média de 66,95 horas semanais de trabalho, ou considerando-se uma semana de cinco dias úteis, uma jornada diária média de 13,39 horas de trabalho por dia. Assim, Cacciamali & Braga (2002, p. 07) concluem que o Setor Informal é composto por trabalhos e atividades que ocupam interstícios nos mercados tanto pela expansão das firmas capitalistas que alteram a estrutura de oferta de bens, como pelo nível e composição da demanda por bens, construída pelo nível e distribuição de renda.

O trabalhador por conta própria – elemento típico do Setor Informal – atua no mercado seguindo primordialmente uma lógica de reprodução do seu negócio e da provisão de suas necessidades básicas e da sua família, não tendo como meta explícita à acumulação ou a realização de uma rentabilidade de mercado, inclusive porque a grande maioria não possui nem capitalização, nem organização do trabalho que sustente esses fins (CACCIAMALI & BRAGA, 2002, p. 13). Mais recentemente, o Setor Informal recebeu um fluxo de trabalhadores em virtude da escassez de emprego, especialmente bons empregos (com carteira assinada, férias remuneradas e outros benefícios garantidos pela legislação trabalhista) no Setor Formal. Parcelas de trabalhadores ingressaram no Setor Informal porque se deparam com dificuldades de reemprego formal, ou porque não encontram nenhum tipo de emprego aderente às características de sua força de trabalho, ao seu capital humano. Outros, entretanto, optam pelo auto-emprego porque não se adaptam ao trabalho assalariado ou mesmo porque esperam obter retornos mais elevados frente ao conjunto de suas habilidades pouco valorizadas pelo mercado de trabalho formal (op cit, p.13). Contudo, os trabalhadores continuam a sonhar com empregos estáveis, bem remunerados, que respeitem os direitos dos trabalhadores e que lhes atribuam um status social positivo. No entanto, à medida que estes empregos se tornam mais escassos, o “jeito” é adaptar o sonho a realidade tornando-se autônomo, micro ou pequeno empresário. E montar um pequeno negócio é muito mais uma forma de amenizar frustrações e possibilitar a sobrevivência do que de acalentar sonhos e ilusões (MALAGUTI, 2000, p. 91). Por esse caminho também vão às conclusões do SINE (apud. MALAGUTI, 2000, p. 91), no qual em uma de suas pesquisas, em 1993, foi observado que o principal motivo para a escolha da atividade do autônomo é a dificuldade de encontrar trabalho como empregado. Nas visitas ao campo este item foi um dos mais citados durante as conversas, e com pouco menos destaque apareceu a baixa remuneração no setor formal e a vontade de não ter obrigação de cumprir ordens superiores.

A partir das considerações relativas ao Setor Informal, acima apresentadas, Mello & Teles (2000, p. 9) podem nos estabelecer, para o nosso presente propósito, que este setor seria caracterizado:

pela não-diferenciação nítida entre posse dos meios de produção e posse da força de trabalho. Logo, o produtor direto reúne em si mesmo as figuras do patrão e de empregado – incluindo-se a possibilidade de empregar familiares e/ou ajudantes (inclusive assinando a carteira de trabalho) e sempre participando do produzir e efetuando o gerir. Nesse caso, a sua receita está subordinada ao mercado de bens e produção mercantil simples, a qual não segue a lógica capitalista de processo de acumulação ou a taxa de retorno competitiva, de modo que possibilite a reprodução da atividade. Tanto as definições sobre Economia Informal e Setor Informal aqui apresentadas, mesmo não nos remetendo diretamente ao mercado de ambulantes ou aos camelôs, se enquadram perfeitamente no nosso empírico através das suas respectivas características e de sua lógica (op cit, 2000, p. 9).

Podemos observar como estas teorias ocorrem no real a partir das características específicas do Camelódromo, que poderão ser averiguadas a seguir no presente texto.

Breve contextualização sobre informalidade

Pochman (2001) nos apresenta um breve histórico da terceira Revolução Internacional do Trabalho referindo-se ao esgotamento do padrão industrial e do esvaziamento do poder hegemônico dos Estados Unidos da América, que não é superado, nas décadas de 1970 e 1980, mas que não foi superado por ascensão de outras nações com as mesmas possibilidades de regulação e de produção. Na década de 1970, houve incentivos para que as empresas multinacionais construíssem filiais em economias periféricas, principalmente em países semiperiféricos como conseqüência da elevação do preço do petróleo e de matérias-primas; em 1980 a Alemanha não resistiu aos desafios da unificação européia; e o Japão diminuiu seu poder econômico em conseqüência da crise financeira e imobiliária dos anos de 1990. Nos países periféricos, a opção pela estratégia de desenvolvimento pró-sistêmico atingiu as economias africanas em 1960 e as latino-americanas em 1970. Já no final dos anos de 1980 e início de 1990, com a crise do socialismo real, ocorreu o

desabamento da semi-periferia que havia adotado essa estratégia, e nos anos 1990 as economias do leste asiático foram tocadas fortemente pelas crises financeiras.

Todo esse caminho também foi percorrido pelo Brasil, a partir da década de 1970, gerando diversas mudanças políticas, na organização das empresas e do trabalho. De acordo com Piquet (1993, p. 9), esta década, no Brasil, foi um período em que nos encontrávamos em uma “ilha de prosperidade”, onde a economia caminhava em “marcha forçada”, vivendo um “sonho e fracasso”. Havia os grandes projetos do próprio setor produtivo estatal como, por exemplo, planos siderúrgicos, os projetos hidrelétricos e de telecomunicações. Esses programas de investimentos articularam-se a importantes segmentos do capital estrangeiro na área de material elétrico e de bens de capital, e às grandes empresas brasileiras de construção civil pesada.

Os novos setores implantados apresentavam uma lógica de localização espacial diversa daquelas que até então haviam liderado nosso processo de industrialização. Tal fato leva à elaboração de um discurso político que apresenta como necessidade imperiosa a “integração nacional” e a “desconcentração industrial” quando, na verdade, os setores do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) buscavam viabilizar as novas metas setoriais programadas. Este direcionamento, designado por alguns autores como um processo de “substituição de exportações” não resultou, entretanto, em uma política deliberada de inserção do país, de forma mais efetiva e dinâmica, no mercado internacional. O alargamento da base técnica produtiva, de fato, não incorporou ao mercado uma parcela expressiva da população, nem se fez acompanhar de uma melhoria na distribuição da renda interna, uma vez que os aumentos de produtividade serviram antes à ampliação das margens de lucro, não se traduzindo em melhorias salariais ou na queda dos preços (PIQUET, 1993, p. 16).

Nos anos de 1980, o endividamento externo, a elevação das taxas de juros de empréstimos internacionais e as conseqüentes políticas decorrentes destes fatores levaram, conforme Druck (1999, p.106), ao encolhimento do mercado interno e à busca por melhores posições no mercado externo,

exigindo novos padrões tecnológicos e organizacionais. Houve uma maior procura por trabalhadores mais qualificados e uma maior estabilidade da força de trabalho. Também ressurgem as organizações, tipo comissões de fábrica, limitando até o poder dos supervisores, ao mesmo tempo em que os programas de qualidade obtêm considerável êxito. Há mudanças nas relações entre as gerências e os trabalhadores, com uma maior negociação entre ambos. Resumidamente, para responder à crise econômica dentro de um processo de abertura política, com a emergência das mobilizações operárias, difundem-se, no interior das unidades produtivas, diferentes formas de gestão do trabalho (CCQ7, *kamban*, *just-in-time* 8 etc.), ao mesmo tempo em que se intensifica a introdução de novas tecnologias. Essas mudanças respondem, também, às exigências de um novo padrão de concorrência, num período de reordenação dos novos mercados no plano internacional e na entrada das novas práticas japonesas na economia e na política nacional.

Os anos de 1990 foram marcados pela a crise econômica e a abertura do mercado colocando a indústria sob dupla pressão: uma demanda em queda livre e a competição dos importados. No período de 1990/93, 260mil pessoas perderam seus empregos ou ocupações na indústria (PIQUET, 1999, p.139). Em termos de tendências gerais, as atividades antes compreendidas como industriais foram passando para a categoria “serviços à empresa” ou “serviços à produção”, englobando empresas que desenvolvem tarefas complementares à produção de bens. Assim, grandes empresas e indústrias têm eliminado mais empregos do que ocupações, já que passaram a transformar uma parcela de seus empregados em fornecedores autônomos de serviços, com a correspondente queda nos registros do emprego formal (op cit).

Para Druck (1999, p.102), a abertura da economia, com a redução de alíquotas de importações⁹, exigiram mudanças organizacionais para enfrentar

7. Os CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas da produção (NAVARRO, 2004, p. 84)

8. Sistemas de organização e gestão do trabalho: *just-in-time* – produzir no tempo certo, na quantidade exata, com uma quantidade de trabalho certa; *kamban* – sistema de informações dos vários estágios da produção e de estoque (DRUK, 1999, P.93).

9. De 1990 a 1994 as alíquotas de importação brasileira decresceram de um patamar médio de 33% para outro de 14% (CUT in MALAGUTI, 2000, p. 28).

a competitividade e a política recessiva colocada em prática pelo governo, no início da década de 1990, a fim de combater o processo crônico de inflação no país foram os condicionantes para determinar a nova política da qualidade (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade¹⁰ - PBQP). Justificativas do governo para implementá-lo, apoiaram-se no elevado grau de desperdício nos processos de produção, a necessidade de um novo patamar de competitividade como consequência da entrada do país na economia internacional e a busca por produtividade que exige mudanças na estrutura produtiva.

Para ajudar a possibilitar essas mudanças as diretrizes do Plano Real são fundamentais, pois implicam na existência de um Estado mais leve, ágil e maleável, livre de inúmeras funções sociais que passariam a ser exercidas pela sociedade civil, com leis trabalhistas mais flexíveis e políticas de desburocratização do setor público. Assim, a estabilidade e o crescimento econômico são obtidos por uma reestruturação fundamental (modernização) das características tradicionais do Estado e da estrutura produtiva brasileira (MALAGUTI, 2000, p. 29).

Essas novas práticas de gestão e do Estado assumem, na última década estudada, um caráter “epidêmico”, com a rápida generalização em todas as atividades da economia, na produção industrial, nos serviços, no comércio, em empresas de todos os portes. No caso das atividades terceirizadas, além de rápida e ampla difusão, há uma mudança nesse tipo de atividade, atingindo não somente as áreas consideradas periféricas (alimentação, limpeza etc.) como, também, as centrais (produção, operação etc.). Como resultado destas práticas percebe-se o fenômeno do desemprego atingindo todos os níveis de trabalho com forte redução do emprego industrial e daqueles com carteira assinada (DRUCK, 1999, p. 105). Contudo, houve um aquecimento real da economia induzido por uma abertura econômica em momento de controle inflacionário (a partir do ano de 1994). Todavia, isso só

10 Política econômica colocada em prática pelo governo Collor, revertida num discurso sobre a necessidade de modernização do país, se enquadrava no projeto neoliberal já em curso mundialmente, sobretudo nas políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial (DRUK, 1999, P. 103).

ocorre porque é o resultado do convívio entre a liberdade do comércio com altas taxas inflacionárias e o recrudescimento da inflação em um ambiente econômico estagnado¹¹.

Esta reestruturação de caráter modernizante tem sua expressão maior no papel predominante que vem assumindo o setor de serviços. Segundo o IBGE, em 1994 o setor de serviços representava mais da metade do PIB, e em 1995 a economia brasileira cresceu 4,1% e a participação dos setores nesse crescimento pode ser observada na tabela 1, reafirmando o destaque para o setor de serviços (MALAGUTI, 2000, p. 30).

Tabela 1
Crescimento do PIB por setores (1995)

Setores	Crescimento (%)
Indústria	2,0
Agropecuária	4,9
Serviços	5,7

Fonte: Ministério da Fazenda *in* MALAGUTI (2000, p. 30)

A recente modernização da economia brasileira é incontestável, mas o Estado muda a sua forma de ação facilitando a circulação monetária em detrimento das questões sociais. Malaguti (2000, p. 35) afirma que os planos econômicos causam desordem política e econômica, além de quedas cada vez maiores no poder aquisitivo de salários e remunerações do trabalho em geral e o posicionamento do Estado proporciona redução dos postos de trabalho e fragilidade nos direitos trabalhistas como meio de manutenção de muitos trabalhadores em seus empregos. Este autor recorre ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) para nos mostrar que a consequência mais evidente desse processo 'perverso' foi o aumento (de 1980 a 1990) do número de pobres em 10 milhões, como pode ser averiguado na tabela 2.

Tabela 2

11 De acordo com Malaguti (2000, p. 26), "os capitais produtivos vencidos pela concorrência transformam-se em dinheiro "vivo", em liquidez imediata, aumentando a quantidade de moeda em circulação, pressionando a demanda e, conseqüentemente, realimentando a inflação".

Total da população brasileira vivendo em estado de pobreza absoluta
(os que têm renda *per capita* de um quarto de salário mínimo)

Ano	População (em milhões)
1980	29,4
1990	39,2

Adaptado de: SINE/CE *in* MALAGUTI (2000, p. 41)

No final dos anos 1980, início dos anos 1990, ocorre o desemprego em massa, que pode ser considerada a pior mazela do capitalismo. A princípio apenas os trabalhadores menos desqualificados viam amputadas suas possibilidades de ascensão social, e até mesmo de sobrevivência. E com o passar do tempo, o desemprego deixa de ter discriminações. Todavia, o desemprego, os baixos salários e a concentração de rendas resultam na generalização da marginalização, juntando numa mesma classe, que engorda a pirâmide de rendimentos, os operários, a classe média e os desempregados.

Havia, também, dentro da mudança nas formas de trabalho e como uma possibilidade de trabalho, a disseminação da idéia “Faça Você Mesmo” e de “micro-empresário” onde era passada a idéia de que cada pessoa pode ser seu próprio patrão, fazendo suas regras e sem precisar cumprir ordens superiores, e que cada cidadão tem a oportunidade de ascensão na vida. Dentro desse cenário de deteriorização do emprego e das condições de vida dos trabalhadores, a informalidade propaga-se por todos os poros da economia, tornando o trabalho por conta própria e a pequena empresa o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias (MALAGUTI, 2000, p. 62).

Com o grande número de trabalhadores sem emprego e precisando de dinheiro para a manutenção da vida, observa-se a expansão dos camelôs e vendedores ambulantes¹² por todo o país, mais fortemente nos grandes centros urbanos, como um tipo de ocupação que permite a inserção precária

12 Para nós, os vendedores ambulantes são definidos como: aquele comércio realizado na rua, sem ponto fixo, e pelos vendedores de porta em porta; e os camelôs que são os vendedores que expõem seus produtos nos logradouros públicos em lugares “fixos”. Na grande maioria das vezes os trabalhadores que recebem esse nome não têm permissão legal para exercer esse tipo de atividade.

na lógica capitalista contribuindo, ao mesmo tempo, para que o piso salarial seja calculado por baixo porque ao vender produtos de preço inferior ao das lojas permite ao trabalhador adquirir outros bens, mesmo com os baixos rendimentos recebidos. Assim, essa crescente atividade contribui para a reprodução econômica e das atividades na lógica vigente do capitalismo. Esse grupo de trabalhadores informais passa a aumentar de número e de força política, exercendo sua voz sobre diferentes posições hierárquicas do Estado para possibilitar esse tipo de atividade, principalmente nos centros urbanos. Através de encontros para discutir principalmente formas e locais para se trabalhar que não conflitassem com a Polícia Militar e o temido Rapa¹³, os camelôs construíram uma base de luta e reivindicações para possibilitar a atividade em determinados lugares que apresentassem três metros de largura para não prejudicar a circulação de pedestres¹⁴, como galpões, áreas cedidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e em calçadas de alguns bairros como o de Madureira.

Para nos ajudar a perceber a real importância de apenas um tipo de comércio informal no Brasil, Mello & Teles (2000, p.11) nos apresentam uma série de dados sobre os ambulantes no Brasil metropolitano, que são majoritariamente trabalhadores por conta própria - tabela 03.

Tabela 03
Participação dos trabalhadores por conta própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana
– 1991/98

13. O chamado RAPA é um grupo de policiais que circulam pelas ruas ocupadas por camelôs ilegais que buscam principalmente produtos falsificados, e na grande maioria das vezes age com brutalidade com os camelôs que fogem buscando se esconder para não ter sua mercadoria confiscada. A ação desse grupo sempre causa gritaria, correria e medo por parte dos pedestres que ficam no meio da confusão e também dos trabalhadores que podem perder sua mercadoria que complementa sua renda ou é a única forma de arrecadação de fundos.

14. Informações retiradas da mesa Território, Cidadania e Espaço Público, palestra do Prof. Márcio Pinõn de Oliveira. II Jornada Científica da Pós-Graduação em Geografia – Simpósio Nacional: território, conflito e cidadania. UFRJ. Rio de Janeiro. Agosto de 2006.

Tabela 1

Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98

(Em %)

Anos/Média	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16

Fontes: PME/IBGE e Ministério do Trabalho/IPEA (1999).

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

O trabalho por conta-própria se manteve, num movimento ascendente, no patamar de 20% nos anos 90, mas podemos observar na tabela 04, no período 1991/98, esse tipo de trabalhador crescendo, em média 15%. Esta última tabela mostra, também, que no Rio de Janeiro essa posição apresenta a maior taxa de crescimento das regiões metropolitanas, seguida por São Paulo.

Tabela 04

Taxa de crescimento da participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação Total, por Região Metropolitana – 1991/98

Tabela 2

Taxa de Crescimento da Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98

(Em %)

Anos	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16
Taxa de Crescimento	19,00	18,00	11,00	3,00	12,00	13,00	15,00

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

O Camelódromo da Uruguaiana

Para analisar o comércio ambulante propriamente dito e o seu crescimento nas regiões metropolitanas, Mello & Teles (2000, p.12) fizeram

uma relação dessa atividade com a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO), para situar a dinâmica dessa atividade no mercado de trabalho brasileiro. Esses dados são observados na tabela 05, que nos mostra que o Rio de Janeiro continua num processo lento de esvaziamento econômico: a PEA e a PO tiveram as menores taxas de expansão de todas as regiões metropolitanas; e os ambulantes, crescimento positivo, sendo a evolução da relação destes com a PEA a segunda trajetória mais expressiva da economia metropolitana.

Tabela 05
Taxa de crescimento da PEA, da PO e do Comércio Ambulante, por Regiões Metropolitanas – 1996/91

Tabela 3
Taxa de Crescimento da PEA, da PO e do Comércio Ambulante, por Regiões Metropolitanas — 1996/91

(Em %)

	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	São Paulo
Comércio Ambulante	12,00	22,53	-7,47	-8,57	4,14	22,57
PEA	3,18	14,39	15,10	5,41	11,96	10,42
Ambulante/PEA	8,55	7,12	-19,61	-13,26	-6,98	11,01
PO	3,11	12,51	14,47	5,68	11,01	9,53

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

Mesmo não apresentando a maior taxa do crescimento do comércio ambulante, o Rio de Janeiro teve o impacto mais significativo dessas atividades sobre o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Mello & Teles (2000, p.13), na Tabela 06, mostram ainda que até 1995 havia uma tendência de diminuição da diferença de importância dos ambulantes na PEA das demais regiões em relação ao Rio de Janeiro: em todas as regiões eles cresceram, mas no Rio de Janeiro este crescimento foi mais acentuado, demarcando um aumento da informalidade para o mercado de trabalho fluminense. Considerando que isso também qualifica essa expansão, demonstram que esses dados reforçam a hipótese de empobrecimento do mercado de trabalho da região. É importante ressaltarmos o fato de mesmo que os ambulantes ganhem mais que os demais trabalhadores (com e sem

carteira assinada), esses dados revelam uma precarização das relações de trabalho na cidade Rio de Janeiro.

Tabela 06
Ponderação das participações do comércio ambulante na PEA por Região Metropolitana com relação ao Rio de Janeiro – 1991/96

Tabela 4
Ponderação das Participações de Comércio Ambulante na PEA por Região Metropolitana com relação ao Rio de Janeiro — 1991/96

(Em %)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
São Paulo/Rio de Janeiro	0,66	0,59	0,57	0,61	0,59	0,68
Porto Alegre/Rio de Janeiro	2,71	2,49	2,41	2,33	2,36	2,68
Belo Horizonte/Rio de Janeiro	3,27	3,01	2,72	2,55	2,47	2,42
Recife/Rio de Janeiro	5,05	5,10	4,77	3,87	3,78	4,04
Salvador/Rio de Janeiro	4,87	4,64	4,35	4,11	4,05	4,18

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

Com esse cenário, em 29 de junho de 1992 a prefeitura do Rio de Janeiro iniciou o processo de legalização dessa atividade informal com a Lei nº 1.876, que caracteriza o comércio ambulante a partir dos seguintes artigos:

Art. 1º - Comércio Ambulante é a atividade profissional temporária, exercida por pessoa física em logradouro público na forma e condições definidas nesta Lei.

Parágrafo único - Comerciante ambulante ou camelô é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias. Subordinam-se os camelôs às disposições desta Lei.

Art. 2º - Não se considera comerciante ambulante, para os fins desta Lei, aquele que exerce sua atividade em condições que caracterizem a existência de vínculo empregatício com fornecedor de mercadoria comercializada.

Art. 3º - É obrigatória a inscrição do comerciante ambulante como segurado na Previdência Social na categoria de autônomo.

Esta lei também delimita os meios¹⁵ e as pessoas habilitadas¹⁶ para o exercício dessa atividade, as comissões organizadoras que cuidarão da parte

15. De acordo com a Lei 1876 de 1992, no Art. 4º, o comerciante ambulante poderá utilizar os seguintes meios para exercer sua atividade: veículo designado como carrocinha ou triciclo, de acordo com o modelo aprovado pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda, vedada a transformação do veículo aprovado; tabuleiro com as dimensões máximas de um metro por um metro e dez centímetros, permitida a sua cobertura na extensão de vinte centímetros além da área da barraca; bujão, cesta ou caixa à tiracolo; mala com setenta por quarenta e cinco centímetros e trinta centímetros de altura; pequeno recipiente térmico; módulo e veículo não motorizado, de acordo com modelo aprovado pelo setor competente da

burocrática incluindo os prazos, as autorizações, os produtos comercializados, as proibições, as infrações, as penalidades e as tributações.

O município também cadastrou os trabalhadores desempregados e ativos nessa atividade, e os re-allocou em diversas áreas da cidade. Esse tipo de política não é exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, mas é observada em todo Estado e em outros estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os camelódromos são espaços construídos pelos municípios em locais determinados que são concedidos e estruturados pelas prefeituras, a fim de organizar e de regulamentar a desordenada e crescente atividade de vendedor ambulante.

O Mercado Popular da Uruguaiana, nosso objeto de estudo, que pode ser observado nas fotos 01 e 02, está inserido nesse contexto de políticas públicas da cidade Rio de Janeiro para atender grande parte da população desempregada, mas que permanecia ativa no mercado informal (e muitas vezes ilegal), tendo como objetivo mais claro desafogar as calçadas dos camelôs desordenados, transferindo-os para três galpões construídos especificamente para esta atividade de comércio e, também, de prestação de serviços. É formado por cerca de 1,6 mil lojas divididas em quatro quadras: A, B, C, D (VICTOR, 2007).

Secretaria Municipal de Fazenda, com dimensões máximas de dois metros e meio de comprimento, um metro e oitenta centímetros de largura e até dois metros e meio de altura; veículo tipo "trailer", de acordo com modelo aprovado na forma dos incisos anteriores, com dimensões máximas de dois metros e cinquenta e um centímetros a sete metros de comprimento, um metro e oitenta e um centímetros a dois metros e meio de largura e até três metros de altura; e outros meios definidos nesta Lei ou que venham a ser aprovados pelo Poder Executivo, proibida a utilização de veículo de tração animal. De acordo com os itens acima expostos, podemos considerar as cabines do Mercado Popular da Uruguaiana no item módulo ou veículo não motorizado.

16. Conforme a mesma lei acima, no Art.5º, são considerados habilitados para o comércio descrito no art. 1º os cegos, os paraplégicos, os mutilados e os demais deficientes físicos; e as pessoas físicas que já exerçam atividades profissionais previstas nesta Lei na data de sua promulgação.



Foto 01: Mercado Popular da Uruguaiana visto de cima
Fonte: Estação Uruguaiana - Projeto Final de Graduação - Ludmila Rodrigues
http://paginas.terra.com.br/educacao/projeto_uruguaiana/home.html



Foto 02: Boxes do Mercado Popular da Uruguaiana
Fonte: Estação Uruguaiana - Projeto Final de Graduação - Ludmila Rodrigues
http://paginas.terra.com.br/educacao/projeto_uruguaiana/home.html

Este camelódromo foi inaugurado no ano de 1994, pelo prefeito César Maia no bairro Centro da Cidade (margeando as Ruas Presidente Vargas [1], Uruguaiana [2], Senhor dos Passos[3], Alfândega[4], R.Ortigão[5])-Foto 03, com grande alvoroço e esperança nessa nova alternativa para o desemprego e para a desorganização dos logradouros públicos. A sua área é remanescente de terrenos desapropriados para a construção da estação Uruguaiana do Metrô Rio, onde uma parte havia sido concedida pela prefeitura para a Light (companhia de energia) para ser usada como estacionamento. Entretanto este local apresentava a tendência de ser ocupado por ambulantes devido ao

intenso fluxo de pedestres. Com o aumento da visibilidade sobre as questões sociais como desemprego e pobreza o local foi pensado para concentrar os trabalhadores ambulantes e camelôs que se encaixavam no perfil determinado pela prefeitura do Rio de Janeiro.



Foto 03: Caméloro da Uruguaiana com localização das ruas apresentadas no texto
Fonte: <http://maps.google.com/>

Contudo, não há qualquer política pública orientadora da dinâmica desse território, o que acaba criando uma competição e exploração do local e dos trabalhadores ali alocados. Entretanto, os camelôs ficam restritos a exercer seu trabalho no Box correspondente a sua licença, obedecendo ao horário de funcionamento (das 8h às 19h, sendo até às 16h nos sábados e não funcionando aos domingos), podendo escolher somente os produtos que irá comercializar. Com todas essas exigências, o trabalhador perde grande parte da sua autonomia que possuía anteriormente à regulação, como as opções de escolha do local de trabalho, a hora e os dias da semana que vai trabalhar gerando, assim, uma grande distância entre os camelôs legalizados e os ilegais. O que realmente se configura é uma relação de trabalho com o município do Rio de Janeiro, mesmo ele estando invisível, onde o trabalhador tem uma série de deveres e nenhuma forma de benefício trabalhista. A única garantia que o camelô pode adquirir é por conta própria, se contribuir para a previdência social, como autônomo.

Considerações finais

O crescimento do trabalho informal e o Mercado Popular da Uruguaiana devem ser percebidos como uma resultante local de todo um processo de reestruturação e, principalmente, das opções políticas tanto a nível nacional como local (municipal) influenciados por movimentos que ocorreram em diferentes partes do mundo. A sua implementação foi uma alternativa encontrada pelo poder público para a crescente taxa de desemprego e de entrada de trabalhadores na economia informal, diante da intensa ocupação dos logradouros públicos por vendedores ambulantes, principalmente nos locais mais movimentados de toda a cidade. Contudo, não foi obtido o resultado esperado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que visava retirar os camelôs dos logradouros públicos, já que após a implementação do Camelódromo outros vendedores ocuparam as ruas do bairro Centro da Cidade.

O Estado, caracterizado pelo governo municipal, poderia ter estabelecido regras para as relações existentes dentro do camelódromo, como: estabelecer quem deveria trabalhar nas cabines é quem recebesse a licença e/ou controlar, de forma eficaz, e com punições rigorosas quem trabalhasse com produtos falsificados, já que há uma série de regras a serem cumpridas para a manutenção e o funcionamento do camelódromo. Nas entrelinhas, o Estado utiliza essas precárias formas de inserção no mercado de trabalho como uma alternativa para que ocorra uma redução de mão-de-obra ociosa. A precarização da força de trabalho e do próprio trabalho está tão presente na sociedade atual que fica evidente a ausência do poder público para garantir a qualidade do trabalho e legalidade das relações estabelecidas no local estudado. Não podemos esquecer que os produtos falsificados, mesmo sendo ilegais, movimentam muito dinheiro para a economia e no setor formal como um todo. Assim, observamos que todas essas dinâmicas relativas à configuração, estrutura e funcionamento do nosso empírico se apresentam favorecendo a reprodução e a manutenção da lógica e do sistema capitalista, influenciada pela transescalaridade das ações nesse atual mundo globalizado.

Referências bibliográficas

BAGNASCO, Arnaldo. A economia informal. In: Ensaios FEE; v.18, n.2. Porto Alegre, p. 13-31, 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BRAGA, Thaiz. Estudos e análise com vista à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. Ministério do Trabalho e Emprego, FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Políticas públicas voltadas para o Setor Informal. São Paulo, janeiro, p. 01 -14; 2002.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização (dês)fordizando a fabrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Bom Tempo Editorial: p. 90-157, 1999.

FALCÃO, Cláudio Ribeiro. O comércio ambulante na Praça Sãens Pena - Rio de Janeiro: reestruturação do mercado de trabalho e dinâmica organizacional. Monografia (Bacharel em Geografia) Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

HUGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.18, n.2., p. 32–63, 1997.

JORGE, Angela Filgueiras; CARIDE FILHO, Delso José. Notas técnicas - Economia Informal Urbana. 2003. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 10 dezembro 2006.

Lei nº 1.876 29 de junho de 1992 – Caracterização do comércio ambulante em logradouros. Disponível em: públicos <http://forum.pgm.rio.rj.gov.br/>. Acessado em: 20 outubro de 2007.

MALAGUTI, Manoel Luiz. Crítica a razão informal: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Bom tempo Editorial: p.13-168, 2000.

MELLO, Hildete Pereira; TELES, Jorge Luiz. Serviços e informalidade: O comércio ambulante no Rio de Janeiro. Textos para discussão, Rio de Janeiro, n. 773., p.04-22, 2000.

PIQUET, Rosélia. A resposta brasileira à crise. In: Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil. O papel do estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR: p. 09–30, 1993.

PIQUET, Rosélia. O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos. In: Rio de Janeiro - Perfis de uma metrópole em mutação. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: p. 119–144, 1999.

POCHMAN, Marcio. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Bom Tempo Editora, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp: 2006, p. 384.

MALAGUTI, Manoel Luiz. Pesquisa sobre Desemprego e Subemprego. Fortaleza, SINE/CE, set./dez., p. 23, 1993. In: MALAGUTI, Manoel Luiz. Crítica a razão informal: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Bom tempo Editorial: p.13-110, 2000.

VICTOR, Dório. Mais de 200 boxes foram destruídos no camelódromo, calcula associação. Disponível em: [www.http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL184129-5606,00.html](http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL184129-5606,00.html). Acesso em: 18 novembro 2007.